

ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: a construção histórica da docência e seus desafios contemporâneosLeandro Rogério dos Santos¹Cleidson de Jesus Rocha²Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto³**Resumo**

O presente artigo analisa, sob uma abordagem histórico-crítica, a constituição do trabalho docente e os desafios enfrentados pela profissão na contemporaneidade. A pesquisa parte da constatação de que a docência é uma prática historicamente situada, marcada por permanências e rupturas que refletem as transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas de cada época. O objetivo principal é compreender como o papel do professor foi sendo resignificado ao longo da história, desde as sociedades antigas até o século XXI, e de que maneira esses processos impactam as condições atuais de trabalho e a valorização profissional. Para tanto, adota-se uma metodologia de cunho bibliográfico, fundamentada em autores como Tardif, Nóvoa, Freire e Saviani, entre outros, permitindo uma análise crítica dos principais marcos históricos, conceituais e políticos que moldaram a docência. Os resultados apontam para a existência de tensões permanentes entre a concepção da docência como vocação ou profissão, a sobrecarga e precarização do trabalho docente, bem como os desafios impostos pelas novas tecnologias educacionais. Conclui-se que uma compreensão histórica da docência é essencial para a formulação de políticas públicas que reconheçam o papel estratégico dos professores na formação cidadã e na construção de uma educação crítica, inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: docência; história da educação; valorização profissional; desafios contemporâneos.

BETWEEN RUPTURES AND CONTINUITIES: the historical construction of teaching and its contemporary challenges**Abstract**

This article analyzes, through a historical-critical approach, the constitution of teaching work and the challenges faced by the profession in contemporary times. The research stems from the understanding that teaching is a historically situated practice, marked by continuities and ruptures that reflect the social, political, cultural, and technological transformations of each period. The main objective is to understand how the teacher's role has been redefined throughout history—from ancient societies to the 21st century—and how these processes impact current working conditions and professional recognition.

¹ Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens, PPEHL (2024); Pedagogo efetivo da Rede Estadual de Educação do Amazonas; Professor de Ensino Médio (Provisório) da Rede Estadual de Ensino do Estado do Acre; E-mail: leandrorogerio@gmail.com

² Professor Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho - UGF-RJ (2005); Pós-Doutor em Filosofia Contemporânea pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP (2018-2019). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Acre. E-mail: cleidison.rocha@ufac.br

³ Professora Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Atualmente é professora assistente da Universidade Federal do Acre. E-mail: maria.pinto@ufac.br

To this end, a bibliographic methodology is adopted, based on authors such as Tardif, Nóvoa, Freire, and Saviani, among others, allowing for a critical analysis of the main historical, conceptual, and political milestones that have shaped teaching. The results indicate the persistence of tensions between the conception of teaching as a vocation or a profession, as well as issues such as work overload, professional devaluation, and the challenges imposed by new educational technologies. The study concludes that a historical understanding of teaching is essential for the development of public policies that recognize the strategic role of teachers in citizenship formation and in the construction of a critical, inclusive, and socially committed education.

Keywords: teaching; history of education; teacher training; contemporary challenges.

1 INTRODUÇÃO

A análise histórica do trabalho docente é essencial para uma compreensão aprofundada das práticas e responsabilidades da educação atual. O exercício da docência, apesar de aparentemente constante em seus propósitos de formação e instrução, é dinâmico em sua natureza. A profissão não é um fenômeno estático, mas sim um campo de atuação sujeito a contínuas reformulações que refletem o contexto social, político e econômico em que está inserido.

O estudo da evolução do trabalho docente é também fundamental para entender como essas transformações impactam as condições de trabalho, a identidade profissional e o reconhecimento social do professor. A docência, muitas vezes, é percebida como uma vocação, e não como uma profissão com necessidades e direitos específicos. Tal percepção, que tem raízes históricas, influencia diretamente a maneira como a profissão é valorizada e as expectativas em relação ao professor são formadas. Por isso, ao analisar a trajetória do trabalho docente, conseguimos enxergar de forma mais clara os fatores que contribuem para a valorização e a depreciação da profissão.

O objetivo principal é compreender como o papel do professor foi sendo ressignificado ao longo da história, desde as sociedades antigas até o século XXI, e de que maneira esses processos impactam as condições atuais de trabalho e a valorização profissional.

Para investigar a trajetória histórica do trabalho docente e os desafios contemporâneos associados à profissão, este estudo adota uma metodologia de pesquisa bibliográfica. Esse enfoque permite uma análise profunda das transformações históricas,

sociais e econômicas que moldaram a prática docente, além de explorar os contextos e as demandas atuais que definem o papel do professor.

Ao articular diferentes perspectivas sobre a evolução e as exigências atuais do papel docente, o artigo busca oferecer uma reflexão crítica que possibilite compreender e valorizar a complexidade do trabalho docente, além de subsidiar políticas e práticas que promovam um ambiente educacional justo e de qualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo, com base nas contribuições de autores como Costa (1995), Tardif (2014) e Nóvoa (1992), busca discutir como a perspectiva histórica ajuda a lançar luz sobre o papel do professor, destacando a maneira como o trabalho docente se configura em resposta às demandas de cada período. A análise histórica possibilita um entendimento mais profundo das práticas e dos desafios que os professores enfrentam atualmente, abrindo caminho para uma valorização mais consciente e justa da profissão docente.

A partir dos estudos de Tardif (2002) e Nóvoa (2009), que analisam os saberes necessários ao exercício da docência e as expectativas em torno do professor, pretende-se identificar como o papel docente foi sendo reformulado ao longo dos anos. A construção dos saberes docentes e a formação da identidade profissional, aspectos essenciais para compreender a docência como prática social e culturalmente situada, tem um foco que permite uma análise das mudanças nas responsabilidades do professor, de transmissor de conhecimento a mediador do aprendizado e orientador crítico

De acordo com Costa (1995), a docência está intrinsecamente ligada às condições sociais e políticas em que se insere. Sua identidade e função são construídas em resposta às exigências impostas por essas circunstâncias, fazendo com que o papel do professor e suas práticas pedagógicas se ajustem aos novos contextos. Conforme os valores e as necessidades da sociedade se transformam, a educação e o trabalho docente sofrem reformulações profundas. Assim, a análise histórica da profissão docente permite que se compreenda como surgiram as funções e as expectativas que hoje moldam o ensino, possibilitando um olhar mais crítico sobre os desafios e responsabilidades contemporâneos.

O trabalho docente é "um processo histórico e social que evolui conforme as demandas de uma sociedade em constante transformação" (Tardif, 2014, p. 47). Essa perspectiva destaca que a docência é influenciada tanto pelas condições sociais quanto pelas expectativas colocadas sobre a profissão. Assim, a identidade e os saberes docentes são construídos em um processo contínuo de adaptação e ressignificação, com base nos desafios de cada época. Tardif enfatiza a importância de reconhecer o acúmulo de saberes práticos, teóricos e éticos que os professores desenvolvem ao longo de sua trajetória profissional, resultado de uma formação que envolve tanto a experiência pessoal quanto o contexto histórico em que atuam.

De acordo com (2007) e Aranha (2006), essa revisão permite mapear as principais transformações nas funções e práticas docentes, considerando o impacto das mudanças sociais e políticas no desenvolvimento da profissão. O levantamento histórico oferece uma base sólida para contextualizar a docência e observar as continuidades e rupturas que caracterizam a evolução do trabalho docente.

Fundamentada nas ideias de Freire (1987), a função social da docência e a aplicação de uma pedagogia crítica, destacam o professor como agente de transformação social. Essa análise posiciona a docência como prática política e ética, enfatizando a responsabilidade do professor em promover o desenvolvimento crítico e emancipador dos estudantes. Perspectiva essa que amplia a compreensão da docência, valorizando-a como uma prática que contribui para a formação cidadã e para a construção de uma sociedade mais justa.

Para contextualizar a prática docente no cenário atual, precisa-se examinar as demandas contemporâneas associadas ao ensino em um ambiente permeado por tecnologias digitais e metodologias ativas. Com base nas contribuições de Gatti (2010) e outros, busca-se compreender como as expectativas e exigências atuais - como o uso de recursos tecnológicos e a implementação de metodologias interativas - impactam o trabalho do professor, impondo novos desafios e reconfigurando as práticas educativas. Essa análise visa evidenciar o papel do professor como facilitador do aprendizado significativo e interativo em um cenário educacional em constante transformação.

Nóvoa (1992) também contribui para essa análise, ao apontar que a formação docente é uma prática que vai além da simples transmissão de conteúdo. Ele argumenta que a docência envolve uma dimensão ética e cultural que exige do professor uma

compreensão profunda de seu papel na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo este autor, "o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas também um formador de atitudes e valores, desempenhando uma função social de grande relevância" (Nóvoa, 1992, p. 36). Com isso, defende que a formação docente deve contemplar tanto o desenvolvimento de competências técnicas quanto o cultivo de uma visão crítica e reflexiva sobre a sociedade.

3 METODOLOGIA

A metodologia proposta, ao se fundamentar em uma análise bibliográfica abrangente, não apenas explora as principais obras e autores que discorrem sobre a docência, mas também permite uma abordagem crítica e integradora das múltiplas dimensões que compõem o trabalho docente. Essa abordagem amplia o horizonte de análise ao considerar as interseções entre as transformações históricas da profissão, as exigências contemporâneas e os desafios futuros.

A revisão de literatura desempenha um papel central nesse processo, pois fornece uma base teórica sólida para a compreensão da docência como uma prática historicamente situada. Por meio dessa revisão, é possível identificar as raízes históricas do ensino, destacando momentos de ruptura e continuidade que delinearam a profissão. Essa análise não apenas reflete sobre as mudanças nos papéis e nas responsabilidades atribuídas aos professores ao longo do tempo, mas também investiga como diferentes contextos sociopolíticos moldaram a profissão, desde os sistemas educacionais tradicionais até os cenários atuais, marcados pela globalização e pelo avanço tecnológico.

Além disso, esta metodologia busca problematizar a valorização da docência e as condições de trabalho, aspectos muitas vezes negligenciados nos debates sobre educação. Isso inclui uma análise detalhada das políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada, remuneração, estabilidade no emprego, acesso a recursos pedagógicos e à tecnologia, e as condições físicas das instituições de ensino. A partir dessa análise, é possível avaliar como essas condições impactam não apenas a prática docente, mas também a qualidade do ensino ofertado.

Outro ponto relevante abordado é o impacto das demandas contemporâneas na prática docente, com destaque para a inclusão das tecnologias digitais e a adoção de metodologias ativas. Tais mudanças requerem do professor uma constante atualização profissional, além de uma postura mais colaborativa e reflexiva, que permita a construção de ambientes de aprendizagem interativos e significativos. Nesse contexto, o professor é posicionado como um mediador do conhecimento, responsável por fomentar o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, alinhando-se aos princípios de uma educação emancipadora e transformadora, como proposto por autores como Freire (1987).

Por fim, a metodologia bibliográfica proposta transcende a análise histórica e conjuntural, pois busca não apenas compreender os desafios da docência, mas também apontar direções para a superação desses entraves. A valorização do papel estratégico dos professores na formação cidadã e na promoção de uma sociedade mais justa emerge como um eixo central dessa abordagem, reforçando a docência como uma prática ética, política e indispensável para o desenvolvimento humano e social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Como processo dinâmico e coletivo, desempenha um papel transformador ao longo da história, refletindo e moldando as mudanças sociais, econômicas e culturais de cada época. O trabalho docente, elemento central desse processo, não é uma prática estática, mas um fenômeno em constante evolução, condicionado pelas necessidades e demandas sociais. Compreender as complexidades e desafios enfrentados pelos professores na atualidade exige a investigação de suas origens e das transformações históricas que marcaram a docência.

O papel do professor foi historicamente influenciado por diferentes movimentos educacionais, políticos e culturais. Na Idade Média, por exemplo, o ensino era quase exclusivamente religioso e restrito a determinados grupos sociais. Com o Iluminismo, a educação passou a servir aos ideais de racionalidade e liberdade, promovendo uma visão crítica e científica da sociedade (Nóvoa, 1992). Na sociedade industrial, o professor tornou-se peça-chave na preparação de alunos para o trabalho fabril, centrado na

disciplina e na eficiência. Na era digital, espera-se que o docente atue como mediador e facilitador do conhecimento, apropriando-se de tecnologias e metodologias inovadoras para engajar os estudantes.

A perspectiva histórica, nesse contexto, deixa de ser apenas uma forma de análise do passado e passa a ser ferramenta essencial para a compreensão das práticas e tensões da docência contemporânea. A observação histórica do trabalho docente permite identificar as raízes de dificuldades atuais, como a sobrecarga de trabalho, a desvalorização social e a necessidade de formação continuada. Esses fatores não emergem isoladamente, mas resultam de mudanças estruturais e políticas educacionais que influenciam a organização e valorização do ensino.

Estudos como os de Enguita (1993) e Marcelo García (1999) fornecem importantes subsídios para refletir sobre as condições de trabalho e a valorização social da docência, destacando como a percepção histórica da profissão como vocação, e não como carreira, contribui para sua precarização. A análise histórica busca, assim, identificar fatores que explicam essa condição e propor diretrizes para a valorização do professor e a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e satisfatório.

4.1 A DOCÊNCIA NAS SOCIEDADES ANTIGAS E NA IDADE MÉDIA

Nas sociedades antigas, especialmente na Grécia e em Roma, a docência era profundamente marcada pelos valores culturais e pelas estruturas sociais. Em um contexto no qual a educação era privilégio das elites, o papel do mestre transcende à mera transmissão de conhecimentos técnicos, sendo central para a formação moral e intelectual dos jovens, que se preparavam para liderar suas comunidades.

Segundo Jaeger (1995, p. 203), “a educação na Grécia Antiga era vista como uma virtude, essencial para a formação do caráter e da cidadania”. Esse ideal grego de educação, conhecido como *paideia*, visava à formação integral do indivíduo, unindo sabedoria e virtude. Os mestres — muitas vezes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles — ensinavam por meio do diálogo e da reflexão, promovendo o pensamento crítico e a autonomia intelectual.

Jaeger (1995, p. 210) afirma que a *paideia* é “a expressão máxima de uma educação que visa a formação completa do homem, alinhando os ideais de sabedoria e

virtude”. O mestre, nesse contexto, era figura central, com a responsabilidade de cultivar as virtudes e conhecimentos que moldariam cidadãos aptos a contribuir para a *pólis*.

Em Roma, embora a educação também fosse elitista, ela passou por significativas modificações sob influência grega. Inicialmente centrada no ambiente doméstico, sob responsabilidade do *paterfamilias*, a educação romana valorizava a história e os valores cívicos. Posteriormente, passou a adotar elementos da cultura grega, como a retórica e a filosofia. Conforme Marrou (1965, p. 112), “a educação romana, embora mais pragmática que a grega, ainda valorizava o desenvolvimento das virtudes cívicas e da eloquência”.

Uma peculiaridade do contexto romano foi a valorização de escravos instruídos como mestres — o *paedagogus*. Apesar de seu status inferior, esses educadores eram respeitados e exerciam forte influência na formação moral e intelectual dos jovens. Marrou (1965, p. 135) destaca que “a presença de escravos eruditos como mestres nas famílias romanas revela a valorização do conhecimento e da formação moral [...] embora essa relação fosse marcada por tensões sociais e de status”.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica passou a controlar os espaços de ensino, promovendo uma educação voltada à formação espiritual e moral. O professor assumiu papel de intermediário do conhecimento teológico, atuando como canal da doutrina. Como observa Gadotti (2000, p. 56), “a Igreja monopolizava a educação, garantindo que o conhecimento fosse alinhado com as doutrinas religiosas”.

Os mosteiros e catedrais eram os centros de ensino. Os mestres, geralmente clérigos, ensinavam latim, teologia e doutrina cristã, atuando também como copistas, preservando manuscritos religiosos e clássicos. Le Goff (1984, p. 27) afirma: “o mestre medieval não era um simples instrutor, mas alguém investido de uma autoridade moral e espiritual, cuja função era guiar os estudantes para uma vida virtuosa e cristã”.

Mesmo com o surgimento das universidades no final da Idade Média — como Paris, Bolonha e Oxford —, a influência da Igreja permaneceu dominante. A teologia ocupava o centro do currículo, e o professor era, ainda, figura comprometida com a doutrina cristã. O ensino, assim, era conservador e normativo, limitando questionamentos e inovações, com o professor exercendo função essencialmente doutrinadora.

4.2 A DOCÊNCIA MODERNA: ILUMINISMO E SOCIEDADE INDUSTRIAL

O Iluminismo, movimento intelectual do século XVIII, promoveu uma nova perspectiva sobre a educação e o papel do professor, fundamentada na valorização da razão, do conhecimento científico e da emancipação humana. Esse período marcou uma ruptura com a visão teocêntrica e dogmática da Idade Média, abrindo espaço para uma concepção de ensino voltada ao progresso e à construção de uma sociedade racional e crítica.

O professor passou a ser compreendido como agente essencial na formação de cidadãos autônomos e esclarecidos. Segundo Imbert (1999, p. 128), “a educação no Iluminismo visava à emancipação da mente humana, promovendo o desenvolvimento de uma sociedade racional e crítica”. Pensadores como Rousseau, Locke e Kant defenderam a centralidade da educação no desenvolvimento moral e intelectual do indivíduo.

Kant, em *Sobre a Pedagogia* (1803), destaca que “o homem só pode tornar-se homem pela educação. Ele não é senão o que a educação o faz ser” (Kant, 2001, p. 15). Essa visão transformou a figura do professor, que passou a ser compreendido como um facilitador do pensamento crítico, responsável por orientar os alunos no desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Com a Revolução Industrial, o trabalho docente passou por novas transformações. A expansão das cidades e o surgimento de uma economia baseada na indústria exigiram uma educação voltada à formação de uma força de trabalho disciplinada e produtiva. O ensino deixou de ser privilégio das elites e passou a alcançar as massas, embora de forma padronizada e funcional.

Nesse contexto, as escolas passaram a adotar currículos com foco em disciplinas práticas e científicas, como matemática, ciências naturais e estudos cívicos, refletindo as exigências da nova ordem social. De acordo com Imbert (1999, p. 135), “a educação na França iluminista consolidou a visão de que o professor deveria ser um promotor de valores cívicos e do espírito crítico, preparando os jovens para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania”.

O papel do professor tornou-se central na consolidação de reformas educacionais impulsionadas por Estados modernos em países como França, Alemanha e Inglaterra. O Estado passou a assumir responsabilidade pela educação pública, com sistemas

estruturados e diretrizes pedagógicas que enfatizavam o papel social da escola. O professor passou a ser visto como profissional da educação, cuja formação deveria ser específica, contínua e voltada à preparação para os novos desafios educacionais.

Contudo, a profissionalização docente trouxe consigo exigências e tensões. A crescente demanda educacional levou à padronização do ensino, à ampliação do número de alunos por sala e à redução da autonomia pedagógica. O professor passou a ser pressionado por resultados e pelo cumprimento de diretrizes curriculares rígidas.

Durkheim (1922, p. 73) observa que “a docência na era industrial era uma extensão da fábrica: o professor preparava os alunos para um mundo de trabalho repetitivo e disciplinado”. Assim, o ambiente escolar refletia valores da organização fabril, como pontualidade, obediência e produtividade. A educação tornou-se um instrumento de socialização funcional às necessidades da sociedade industrial.

Bowles e Gintis (1976, p. 53) reforçam essa crítica ao afirmar que “a escola age como uma agência de socialização que ensina aos estudantes os valores, atitudes e habilidades apropriadas para sua posição na hierarquia social e econômica”. Nesse modelo, o professor atua como um reproduzidor da ordem social estabelecida, preparando os alunos para ocupar posições específicas no sistema produtivo.

O currículo foi reorganizado para atender às exigências do mercado, incluindo habilidades como leitura, escrita e cálculo, além de reforçar valores como hierarquia e disciplina. O professor, nesse contexto, passou a ocupar o lugar de disciplinador e instrutor, com menor margem para inovação ou abordagem humanista.

A docência assumiu um caráter normativo e burocratizado. O educador foi enquadrado em um sistema que limitava sua criatividade e reduzia sua atuação à aplicação de métodos e conteúdos preestabelecidos. Isso impactou tanto a prática pedagógica quanto a imagem social da profissão, que passou a ser associada à figura de um técnico do ensino, e não de um intelectual da educação.

Em síntese, o Iluminismo e a Revolução Industrial reconfiguraram profundamente a função docente, consolidando o professor como ator estratégico no processo educativo e, ao mesmo tempo, submetido a estruturas institucionais que limitavam sua autonomia. Essa dualidade marca até hoje o debate sobre a identidade profissional do docente.

4.3 A DOCÊNCIA NO SÉCULO XX E XXI

O século XX foi marcado por profundas transformações no campo educacional, especialmente a partir do Movimento da Escola Nova, que rompeu com os paradigmas tradicionais centrados na memorização e na autoridade do professor. Essa corrente pedagógica passou a valorizar uma abordagem centrada no aluno, promovendo o desenvolvimento integral e respeitando a individualidade e a experiência como elementos fundamentais para a aprendizagem.

Inspirado por teorias de autores como Jean Piaget, John Dewey e Lev Vygotsky, o movimento destacou a importância da participação ativa do estudante no processo educativo. A proposta era transformar a escola em um espaço dinâmico, com ênfase em atividades práticas, reflexão crítica e interação social como fundamentos da aprendizagem.

Dewey (1938, p. 22) afirma que “o professor não é mais apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador do desenvolvimento cognitivo”. Nessa perspectiva, o docente assume o papel de mediador, promovendo a construção ativa do conhecimento por meio de experiências significativas e contextualizadas.

Piaget contribuiu significativamente para a compreensão do desenvolvimento cognitivo ao propor que este ocorre por meio de estágios sequenciais e qualitativamente distintos, cada um marcado por formas específicas de pensamento. Em sua perspectiva, a aprendizagem deve respeitar essas fases evolutivas, levando em conta a maturação biológica e a interação ativa da criança com o meio. Para o autor, o conhecimento não é transmitido de forma passiva, mas construído ativamente pelo sujeito, a partir dos processos de assimilação e acomodação, que permitem reorganizar os esquemas mentais frente a novas experiências (Piaget, 1975, p. 11-12). Essa concepção construtivista fundamenta a adoção de metodologias que valorizam a curiosidade, a experimentação, a resolução de problemas e o raciocínio lógico, promovendo a autonomia intelectual do aluno.

Vygotsky (1978) complementa esse entendimento ao destacar o papel das interações sociais na aprendizagem. Sua teoria sociocultural introduziu o conceito de "zona de desenvolvimento proximal", indicando que o aprendizado é potencializado por

meio da mediação de adultos ou colegas mais experientes. Nessa perspectiva, o professor atua como um agente de mediação entre o aluno e o conhecimento, oferecendo suporte para que o estudante ultrapasse seus limites atuais e alcance novos patamares de desenvolvimento.

A partir dessas abordagens, o ensino passou a valorizar a individualidade dos alunos, abandonando modelos homogêneos e padronizados. Os docentes foram incentivados a adaptar suas práticas às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem, favorecendo ambientes mais inclusivos e participativos.

Outro aspecto fundamental desse período foi a ampliação da noção de educação integral, que contempla não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também as dimensões emocional, social, física e ética dos alunos. Essa visão holística da aprendizagem visa à formação de cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a transformação da sociedade.

No século XXI, com o avanço das tecnologias digitais, a docência enfrenta novos desafios e possibilidades. A presença de recursos como computadores, internet, plataformas de ensino on-line e aplicativos educativos transformou a prática pedagógica, exigindo do professor uma atuação mais dinâmica e versátil.

Moran (2000, p. 114) observa que “a tecnologia exige que o professor assuma o papel de mediador, guiando os alunos por um universo vasto de informações”. O docente contemporâneo, portanto, deve ser capaz de integrar tecnologias à sua prática de forma crítica e criativa, promovendo o uso pedagógico de ferramentas digitais em favor da aprendizagem.

Essa nova realidade implica o desenvolvimento de competências digitais por parte dos professores, que precisam dominar recursos como salas de aula virtuais, metodologias híbridas, ensino invertido e gamificação. Kenski (2007, p. 88) afirma que “o ritmo acelerado da informação digital exige que o educador atualize constantemente suas habilidades e conhecimentos para acompanhar as inovações tecnológicas”.

Além de utilizar as tecnologias, o docente deve ensinar seus alunos a navegarem de forma crítica no universo digital, filtrando informações, identificando fontes confiáveis e desenvolvendo competências de leitura e interpretação em múltiplas linguagens. Como destaca Kenski (2007, p. 91), “a mediação pedagógica no ambiente digital requer que o

professor esteja atento não apenas ao conteúdo, mas também à forma como os alunos interagem e se engajam com o aprendizado”.

A relação professor-aluno também é reconfigurada nesse contexto digital. O modelo hierárquico tradicional cede espaço a uma relação mais horizontal e colaborativa, em que o estudante assume um papel mais ativo e autônomo na construção do conhecimento. Cabe ao professor criar ambientes de aprendizagem que promovam o diálogo, a autoria e o protagonismo estudantil.

Outro fator relevante é a ampliação do acesso à educação proporcionada pelas tecnologias. Ambientes virtuais de aprendizagem, como Google Classroom, Moodle e outras plataformas, permitem o ensino remoto, a personalização do aprendizado e o acompanhamento individualizado do progresso dos alunos. Moran (2000, p. 117) ressalta que essa flexibilidade “enriquece a experiência de aprendizado e amplia as possibilidades educacionais para além do espaço físico e do tempo restrito das aulas presenciais”.

Contudo, a adoção das tecnologias digitais também enfrenta obstáculos, como a falta de infraestrutura, desigualdade de acesso e carência de formação adequada para os docentes. A superação desses desafios depende do investimento em políticas públicas que garantam conectividade, equipamentos e capacitação permanente dos profissionais da educação.

Em síntese, o século XXI impõe à docência um novo conjunto de competências e responsabilidades. O professor precisa atuar como mediador crítico das tecnologias, integrando-as ao currículo de forma reflexiva, para que contribuam efetivamente com a formação de sujeitos autônomos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

4.4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E VALORIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

No contexto contemporâneo, os professores enfrentam uma série de desafios que impactam diretamente a qualidade da educação e a valorização da profissão docente. Entre os principais obstáculos estão a precarização do trabalho, a desvalorização social da profissão e a necessidade de formação continuada. Esses fatores comprometem não apenas as condições de trabalho dos educadores, mas também o reconhecimento do papel estratégico que desempenham na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A precarização da docência manifesta-se em contratos temporários, remuneração inadequada, sobrecarga de trabalho e ausência de políticas efetivas de valorização profissional. Essa realidade, amplamente disseminada na educação pública brasileira, dificulta o exercício de uma prática pedagógica qualificada e compromete a permanência de profissionais experientes na carreira.

Tardif (2014) enfatiza que a formação profissional dos docentes deve ser compreendida como elemento essencial para a oferta de uma educação de qualidade. A desvalorização da docência, portanto, não se restringe à dimensão econômica, mas está relacionada também à ausência de reconhecimento social, simbólico e institucional do professor como agente formador de consciências e construtor de cidadania.

Um aspecto central dessa desvalorização é a persistência de uma visão estereotipada do professor como mero transmissor de conteúdos, desconsiderando seu papel como mediador cultural, intelectual e social. Nesse sentido, Santos (2004, p. 19) argumenta que “os professores desempenham um papel vital na preservação e valorização das culturas locais em meio à globalização”. Ao reconhecer os docentes como protagonistas na mediação entre saberes escolares e saberes comunitários, fortalece-se sua função como agentes de resistência contra processos de homogeneização cultural.

A globalização, embora amplie o acesso à informação e às tecnologias, também impõe riscos à diversidade cultural, promovendo o que Boaventura de Sousa Santos denomina de epistemicídio: a invisibilização e o apagamento de conhecimentos locais, tradicionais e populares em favor de uma racionalidade ocidental dominante. Nesse contexto, o papel do professor torna-se ainda mais relevante, pois cabe a ele integrar saberes locais ao currículo escolar, valorizando a identidade dos alunos e promovendo uma educação mais plural, inclusiva e contextualizada.

Outro desafio central da contemporaneidade é a formação continuada dos docentes. Diante das constantes transformações sociais, culturais, tecnológicas e pedagógicas, torna-se imprescindível que os professores atualizem seus saberes e práticas, de modo a responder às novas demandas educacionais. Tardif (2014) defende que a formação continuada deve ser entendida como processo permanente, articulado às experiências concretas da prática docente e pautado pela reflexão crítica.

Essa formação não pode se restringir a cursos esporádicos e desarticulados da realidade escolar, mas deve integrar políticas públicas consistentes que garantam tempo,

condições materiais e acompanhamento pedagógico aos educadores. A construção de comunidades de aprendizagem e redes colaborativas entre professores constitui um caminho promissor para o fortalecimento da autonomia docente e da inovação pedagógica.

A valorização da docência, nesse sentido, exige o reconhecimento do professor como trabalhador intelectual, produtor de saberes e protagonista da transformação social. Para isso, é necessário criar ambientes de trabalho dignos, que incluam salários justos, estabilidade, condições adequadas de ensino e respeito à autonomia pedagógica.

Ao valorizar o professor, valoriza-se também o direito à educação de qualidade. Como mediador de saberes, intérprete da cultura e promotor de práticas democráticas, o docente é peça-chave no enfrentamento das desigualdades sociais e na construção de uma escola pública comprometida com os direitos humanos e com a justiça social.

Em suma, os desafios enfrentados pela docência contemporânea são complexos e multifacetados. Superá-los implica reconhecer a centralidade do professor na sociedade, assegurar sua valorização em todas as dimensões e investir em sua formação contínua. É somente por meio desse reconhecimento que se poderá construir uma educação verdadeiramente emancipadora, crítica e transformadora.

5 CONCLUSÃO

O percurso histórico da docência revela como o papel do professor evoluiu em resposta às transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas ao longo dos séculos. Da Antiguidade, onde a educação era privilégio das elites e conduzida por figuras de autoridade, passando pela Idade Média, onde a Igreja monopolizava o conhecimento, até a Era Moderna e a Revolução Industrial, a docência foi moldada para atender às demandas de cada período. No século XXI, a era digital traz novos desafios e exige que os professores desenvolvam habilidades tecnológicas e uma capacidade de adaptação sem precedentes.

Reconhecer essa trajetória histórica é fundamental para uma compreensão crítica dos desafios contemporâneos enfrentados pelos educadores. A docência, que tradicionalmente foi vista como uma vocação ou missão, precisa ser reconhecida como uma profissão com direitos e responsabilidades específicos, valorizada por seu papel

essencial na formação das próximas gerações. Segundo Tardif (2014), a prática docente está constantemente em negociação com as mudanças que ocorrem na sociedade, reforçando que o entendimento histórico contribui para uma análise mais justa e abrangente da profissão.

A valorização do trabalho docente não deve se restringir ao reconhecimento simbólico, mas deve ser refletida em políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho, formação contínua e remuneração justa para os professores. A historicidade permite que compreendamos a complexidade e a importância da docência, e que implementemos práticas educacionais mais justas e inclusivas. Esse olhar fundamentado no passado pode guiar ações no presente para fortalecer o futuro da educação.

Ao considerar a história do trabalho docente, é possível propor políticas educacionais que valorizem verdadeiramente o professor como pilar da construção social. A compreensão histórica nos alerta sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes e permite que possamos formular soluções mais efetivas para enfrentar as novas demandas e manter a educação como uma força transformadora na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Lúcia de; ARANHA, Maria Lúcia de. **História da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. **Escola e reprodução social**. São Paulo: Ática, 1976.
- COSTA, Marisa Vorraber. **Docência e identidade profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1922.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. **A ambiguidade da educação**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GATTI, Bernardetti A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.
- IMBERT, Florent. **Os mestres da república: educação na França iluminista**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

- JAEGER, Werner. **Paideia: A formação do homem grego**. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Edições 70, 1995.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2007.
- KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Pedro Pires de Lima. São Paulo: Editora 34, 1803.
- LE GOFF, Jean-François. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Maria de Lourdes de Castro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- MARCELO GARCÍA, C. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.
- MARROU, Hill. **I. História da educação na Antiguidade**. Trad. Gilberto de Mello Kujawski. São Paulo: Edições 70, 1965.
- MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.
- NÓVOA, António. **O professor e a sua formação**. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- MAURÍCIO, Tardif. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.